



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024 - Processo Administrativo nº 6072/2023

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Contratação de serviços continuados de empresa especializada na prestação de fornecimento de café e bebidas quentes por meio sistema de comodato, conforme especificações, incluindo instalação, suprimento de insumos, manutenção preventiva e corretiva, limpeza e outros materiais e serviços necessários à sua execução nas dependências do Coren-SP, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Catser	Especificação	Unidade medida	Estimativa mensal
1	20648	Franquia mensal	Dose	13.000
2	20648	Doses Excedentes mensais	Dose	2.000

**1.2.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, prorrogável para até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.4.** O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua necessidade é permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar, Anexo deste Termo de Referência.

**1.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

**3.1.** Contratação de máquinas automáticas de fornecimento de bebidas quentes, por sistema de comodato e cobrança por dose, com limpeza, manutenção preventiva, corretiva, reposição periódica de insumos solúveis e outros materiais e serviços necessários à sua execução nas dependências do Coren-SP.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 4.1. Sustentabilidade

**4.1.1.** Além dos critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU – 6ª Edição – setembro / 23, naquilo que couber, a Contratada deverá



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

adotar boas práticas de otimização de recursos com a redução de desperdícios e menor poluição e ruídos, tais como:

**4.1.2.** Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

**4.1.3.** Embalagens constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

**4.1.4.** Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente, substituindo substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

**4.1.5.** Treinar e capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

**4.1.6.** A empresa CONTRATADA e seus funcionários deverão seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão.

### **4.2. Indicação de marcas ou modelos**

**4.2.1.** Não se aplica ao objeto licitatório.

### **4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

**4.3.1.** Não se aplica ao objeto licitatório.

### **4.4. Da exigência de carta solidariedade**

**4.4.1.** Não será exigida a carta solidariedade.

### **4.5. Subcontratação**

**4.5.1.** Não será permitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **4.6. Da verificação de amostra do objeto**

**4.6.1.** Não será exigida amostra

### **4.7. Garantia da Contratação**

**4.7.1.** Será exigida a garantia da contratação, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, e condições descritas nas cláusulas do contrato.

**4.7.2.** Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**4.7.3.** A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

**4.7.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação

### **4.8. Vistoria**

**4.8.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por colaborador designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00 às 16h00.

**4.8.2.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar vistoria



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

prévia.

**4.8.3.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou representante técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.8.4.** A vistoria deverá ser agendada através do e-mail: rogerioa@coren-sp.gov.br ou arnaldo.goldbaum@coren-sp.gov.br. As dúvidas referentes a essa podem ser sanadas pelo telefone (11) 3225-6364/(11) 3225-6379.

**4.8.5.** O prazo para vistoria inicia no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**4.8.6.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**4.8.7.** A não realização da vistoria não poderá embasar posterior alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

#### 5.1. Condições de execução

**5.1.1.** Início da execução do objeto será iniciada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato, devendo, a Contratada, alocar materiais e a mão de obra nos moldes descritos no Termo de Referência, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados.

#### 5.2. Local de prestação dos serviços

**5.2.1.** Local da instalação: Alameda Ribeirão Preto, 82 – Bela Vista, São Paulo – SP, CEP: 01331-000.

**5.2.2.** Visando atender de forma eficiente, a quantidade de máquinas a serem disponibilizadas nas áreas estratégicas do Coren-SP são de 10 (dez) máquinas;

**5.2.3.** O funcionamento das máquinas automáticas deverá ficar disponível durante 24h, mantendo a disponibilidade de todos os insumos, tendo em vista eventos aos sábados e terceirizados.

#### 5.3. Materiais a serem disponibilizados

**5.3.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades aqui estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

**5.3.2.** Todas as despesas dos insumos utilizados para abastecimento, limpeza e manutenção das máquinas serão de responsabilidade da Contratada.

**5.3.3.** A validade e integridade dos insumos fornecidos serão de total responsabilidade da Contratada, cabendo a fiscalização inspecioná-los no momento da entrega.

**5.3.4.** Os insumos a serem utilizados nas máquinas deverão estar devidamente adequados



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

às normas de vigilância sanitária vigente, devendo possuir registros nos órgãos de controle competentes.

**5.3.5.** Os insumos deverão ser de boa qualidade e previamente aprovados pela Contratante.

### **5.4. Rotinas a serem cumpridas**

**5.5.** A prestação dos serviços de fornecimento de café e bebidas quentes deverá ser por comodato de máquina automática com gabinete, utilizando insumos solúveis para o fornecimento de bebidas (café curto, café longo, café com leite, leite, cappuccino tradicional e chá) e pagamento por dose consumida.

**5.6.** As máquinas em todas as fases de preparação dos produtos deverão ser automatizadas, dispensando qualquer contato manual, inclusive copos e mexedores, que deverão estar em compartimento próprio no interior da máquina.

**5.7.** As máquinas deverão ter também, configuração para o dispensador automático de copos.

**5.8.** As máquinas serão entregues instaladas e em perfeito funcionamento, com instalação completa na rede hídrica no local de uso da máquina ou em até 2 metros do ponto de uso.

**5.9.** As máquinas deverão ser novas ou usadas em excelentes condições de uso, devendo vir acompanhadas do manual de uso do equipamento e instruções técnicas.

**5.10.** A CONTRATADA deve arcar com as despesas de transportes, instalação, calibração, substituição, remoção e remanejamento das máquinas, bem como as manutenções corretivas, preventivas e preditivas.

**5.11.** As máquinas deverão operar com sistema livre para consumo.

**5.12.** A CONTRATADA fica obrigada a promover, durante a vigência do contrato, a substituição das máquinas alocadas por modelos novos, sempre que apresentarem danos, avarias e/ou quaisquer sinais de contaminação.

**5.13.** A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos, instalá-los, ficando responsável pela manutenção corretiva e preventiva do mesmo, procedendo periodicamente a inspeções e, quando solicitada, comparecendo com técnicos no local de instalação para corrigir possíveis falhas ou defeitos, quando possível, ou substituindo o equipamento enquanto o reparo necessário é feito no equipamento principal em até 24 (vinte e quatro) horas. Não há qualquer ônus adicional pela visita ou manutenção corretiva; paga-se um valor mensal pelas bebidas consumidas, que inclui toda a manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de insumos. O prazo de atendimento pode ser estendido em comum acordo entre a CONTRATADA e a Contratante, dependendo da complexidade do reparo ou da logística necessária para a substituição.

**5.14.** A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, cronograma de manutenção preventiva das máquinas, a ser aprovado pela CONTRATANTE.

**5.15.** Todos os insumos a serem utilizados deverão ser vistoriados, conferidos e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, que somente aceitará aqueles que se encontrem de acordo com as especificações estabelecidas na contratação.

**5.15.1.** Deverá ser emitido um relatório de contagem das doses de consumo, mensalmente, para verificação das doses consumidas e excedentes, o qual deverá ser acompanhando pelo fiscal de contrato e ser apresentado juntamente com a Nota Fiscal.

**5.16.** Para o atendimento da demanda, deverão ser disponibilizadas (02) dois tipos de máquinas, médio e grande porte, sendo essa última para consumo elevado.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**5.17.** As máquinas deverão possuir contadores das doses fornecidas, com completo sistema de higiene, com dispositivos automáticos que eliminem a sobra de produtos sólidos em depósitos específicos.

**5.18.** Possuir tensão de alimentação de energia de 220V.

**5.19.** Todas as máquinas de igual especificação entre si devem possuir o mesmo design e funções.

**5.20.** No caso de ser utilizada alimentação externa de água, deverá ser realizada a substituição periódica, pelo Contratado, dos elementos filtrantes dos filtros, de propriedade carvão ativado, trimestralmente ou quando solicitado pelo Contratante.

**5.21.** Os equipamentos deverão disponibilizar copos biodegradáveis (capacidade mínima de 110 ml) de boa qualidade, devendo ser compatível com o equipamento, ser de material apropriado para o uso ao qual se destina, e que atenda, no mínimo, as especificações da NBR/ABNT 14.865/2002, devendo preferencialmente, de acordo com a possibilidade de compatibilidade ao equipamento utilizado, atender a NBR/ABNT 15.448-1 e 2/2008.

**5.22.** A Contratada deve fornecer os displays a serem fixados nas máquinas, bem como elaborar avisos e instruções aos usuários, devidamente aprovados pela Contratada.

**5.23.** A Contratada deverá disponibilizar o manual das máquinas, bem como prestar as instruções técnicas sobre o equipamento.

**5.24.** As máquinas instaladas deverão seguir as seguintes referências, quantidades e capacidade de fornecimento, sendo similares ou de melhor qualidade em relação as apresentadas abaixo:

Tamanho	Quantidade de Máquinas	Capacidade Mínima de Doses Totais (todos os insumos repostos por completo)
Média	06	160
Grande	04	350

### **5.25. Especificação das máquinas de médio porte**

- 5.25.1.** Máquina compacta;
- 5.25.2.** Preparar doses unitárias evitando desperdício de produtos;
- 5.25.3.** Regulagem personalizada;
- 5.25.4.** Display alfanumérico para informações ao usuário e sinalização de falhas;
- 5.25.5.** Possuir pré-seleção para ajustar a quantidade de açúcar;
- 5.25.6.** Dispensador de copos de 110ml;
- 5.25.7.** Alimentação: rede hídrica.
- 5.25.8.** Servir: café curto, café longo, café com leite, cappuccino e chá e leite.

### **5.26. Especificações das Máquinas de Grande Porte**

- 5.26.1.** Preparar doses unitárias evitando desperdício de produtos;
- 5.26.2.** Regulagem personalizada;



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 5.26.3. Display alfanumérico para informações ao usuário e sinalização de falhas;
- 5.26.4. Possuir pré-seleção para ajustar a quantidade de açúcar;
- 5.26.5. Dispensador de 110ml;
- 5.26.6. Alimentação: rede hídrica;
- 5.26.7. Servir: café curto, café longo, café com leite, cappuccino, chá e leite.

5.27. Todas as máquinas instaladas, inclusive as eventuais substitutas, deverão se encontrar em perfeito estado de uso, testadas e aprovadas pela fiscalização do contrato.

5.28. Os equipamentos devem operar com sistema livre para consumo e possuir contador inviolável analógico ou digital para controle das doses efetivamente consumidas. Devem ser automáticas e fornecerem, no mínimo, as seguintes bebidas quentes com as respectivas dosagens, ficando o licitante vencedor responsável por informar qual a exata quantidade da dose que se comprometer a fornecer, caso seja superior:

- 5.28.1. Café curto, 50ml;
- 5.28.2. Café longo, 70ml;
- 5.28.3. Café com Leite, 110ml;
- 5.28.4. Cappuccino, 110ml;
- 5.28.5. Leite, 110ml;
- 5.28.6. Chá mate, 110ml.

5.29. Os equipamentos devem utilizar insumos solúveis para o fornecimento das respectivas bebidas e atender, ainda, as seguintes especificações:

- 5.29.1. Fornecer açúcar automaticamente, com opção de regulação da quantidade nas máquinas de porte médio e porte grande.
- 5.29.2. Todos os insumos devem ser acondicionados em compartimentos fechados, próprios das máquinas, e os produtos processados em reservatórios apropriados.
- 5.29.3. Todas as fases de preparação das bebidas devem ser automatizadas, dispensando qualquer operação manual que não seja a seleção da bebida e regulação de açúcar, inclusive em relação a copos biodegradável e palhetas plásticas, que deverão estar em compartimento próprio no interior da máquina, entretanto as máquinas deverão ter uma trava para configuração manual dos copos caso necessário.
- 5.29.4. Conter dispositivo de programação de limite de doses por produto, assim como de bloqueio, sem necessidade de desligamento do equipamento.
- 5.29.5. A máquina deverá travar o fornecimento das bebidas cujos insumos estejam em falta e não deverá interferir no fornecimento das demais, que independam daqueles insumos.
- 5.29.6. Possuir sistema completo de higiene, com dispositivos automáticos que eliminem a sobra de produtos e efetue lavagem à temperatura mínima de 97°C, evitando empedramento dos ingredientes e a criação e proliferação de microrganismos.
- 5.29.7. Devem conter compartimentos para alimentação de água mineral e/ou para alimentação de água por acoplamento roscado.

### 5.30. Da entrega e instalação dos equipamentos



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**5.30.1.** As máquinas a serem instaladas serão distribuídas a critério da Contratante entre a sede do Coren-SP localizado na Alameda Ribeirão Preto, 82 – Bela Vista, São Paulo – SP, CEP: 01331-000.

**5.30.2.** A localização das máquinas poderá ser alterada a qualquer momento a critério da CONTRATANTE, sendo que a redistribuição será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, bem como a alteração do mecanismo de fornecimento de água (por galão ou por sistema de filtro), sem custo adicional.

**5.30.3.** A entrega e a ativação das máquinas serão efetuadas pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

**5.30.4.** A entrega e ativação ocorrerão exclusivamente em dia útil, entre os horários de 08:00 às 16h00, sob fiscalização da CONTRATANTE.

**5.30.5.** As máquinas deverão ser distribuídas e instaladas, a critério da CONTRATANTE, nas dependências da sede do Coren-SP.

**5.30.6.** A contratada deverá fazer a adaptação necessária no equipamento, como fornecimento e instalação de adaptadores “T” e mangueiras para ponto hídrico, filtro de passagem de carvão e fornecimento de estabilizador de energia.

**5.30.7.** As máquinas deverão ser previamente testadas e aprovada pela Fiscalização.

**5.30.8.** Para fins de melhor gerenciamento dos serviços, a CONTRATANTE poderá solicitar a redução ou o acréscimo de até 3 (três) máquinas sem custo adicional que gere alteração na franquia.

**5.30.9.** A empresa Contratada deverá informar à CONTRATANTE, por escrito, condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos previstos neste Termo de Referência.

### **5.31. Dos insumos**

**5.31.1.** Todas as despesas relacionadas aos insumos utilizados para o abastecimento das máquinas serão de responsabilidade da CONTRATADA, exceto a energia elétrica e a água.

**5.31.2.** Todos os insumos devem ser acondicionados em compartimentos fechados, próprios das máquinas, e os produtos processados em reservatórios apropriados.

**5.31.3.** Disponibilização pela CONTRATADA, de palheta plástica de medidas e qualidade apropriadas para o uso ao qual se destina, compatível com o equipamento.

**5.31.4.** Utilizar insumos solúveis para o fornecimento das respectivas bebidas.

**5.31.5.** Os insumos deverão ser de marcas de qualidade comprovada e, diante de recusa, a CONTRATADA deverá substituir a marca ou lote, a critério da CONTRATANTE, devendo ser repostos num prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, após a comunicação da irregularidade. Devem constar a marca, data de fabricação, validade e procedência de todos os produtos a serem utilizados.

**5.31.6.** A qualidade, validade e a integridade dos produtos fornecidos e utilizados serão de total responsabilidade da CONTRATADA, devendo apresentar as datas de fabricação e validade dos insumos e materiais utilizados, bem como sua procedência, cabendo à CONTRATANTE a inspeção na entrega.

**5.31.7.** Os insumos deverão estar devidamente adequados às normas de vigilância sanitária



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

vigente, devendo possuir registro nos órgãos de controle competentes.

**5.31.8.** A CONTRATADA submeterá, para fins de aprovação pela fiscalização da CONTRATANTE, a cada entrega, amostras dos insumos a serem utilizados para a preparação das bebidas quentes, não empregando aqueles desaprovados, sob pena de glosa em fatura, entre outras medidas cabíveis, inclusive as penalidades.

**5.31.9.** Em todas as embalagens devem constar a marca, data de fabricação, validade e procedência de todos os produtos a serem utilizados, os quais devem atender, no que couber, à Resolução nº 277, de 22/09/2005, da ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como à IN nº08, de 11 de julho de 2013, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**5.31.10.** Açúcar refinado ou cristalizado, do tipo marca União, Cristal ou similar.

**5.31.11.** Leite em pó integral que contenha o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura.

**5.31.12.** Mistura para cappuccino em pó solúvel.

**5.31.13.** Chá Mate (possibilidade de sabor limão ou pêssego).

**5.31.14.** A critério da Contratante, será disponibilizado à empresa Contratada espaço para armazenagem dos insumos nas dependências do Coren-SP, a fim de facilitar a reposição.

### 5.32. Da preparação das doses

**5.32.1.** Para preparação das doses, serão consideradas as seguintes quantidades mínimas:

**5.32.2.** Café curto: 50ml água, 1g café solúvel, 5g açúcar (opcional).

**5.32.3.** Café longo: 70 ml água, 1,5g café solúvel, 5g açúcar (opcional).

**5.32.4.** Café com leite: 110 ml de água; 1g café solúvel, 10g leite em pó solúvel, 5g açúcar (opcional);

**5.32.5.** Cappuccino: 110 ml de água; 20g cappuccino solúvel ou 7g café e 7g leite, 5g açúcar (opcional);

**5.32.6.** Leite: 110 ml água, 10g leite em pó solúvel, 5g açúcar (opcional);

**5.32.7.** Chá: 110 ml de água, 10g chá mate, 5g açúcar (opcional).

### 5.33. Do abastecimento dos insumos

**5.33.1.** A CONTRATADA deverá assegurar o devido abastecimento das máquinas, evitando a falta de insumos, exceto água e energia elétrica, que são responsabilidades da CONTRATANTE para o seu adequado funcionamento.

**5.33.2.** Em caso de falta de produtos, a CONTRATADA será devidamente comunicada para efetuar o estabelecimento regular do fornecimento de serviços, no prazo de até 24 horas, sob pena de sanções.

**5.33.3.** Para o abastecimento das máquinas, deverão ser observadas todas as regras e bons costumes de higiene.

### 5.34. Da higienização

**5.34.1.** As máquinas deverão ser limpas diariamente pela CONTRATADA.





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 5.34.2.** Apresentar os funcionários identificados por crachá, uniformizados e asseados.
- 5.34.3.** A limpeza das máquinas deverá ser feita com materiais próprios, dentro do prazo de validade e identificados para tal fim.
- 5.34.4.** Os produtos de limpeza deverão ser regularizados junto a ANVISA e serão fornecidos integralmente pela CONTRATADA, devendo ser aprovados pela CONTRATANTE, a qual pode recusar e solicitar substituição da marca ou lote, devendo ser reposto num prazo máximo de até 3 (três) dias após a comunicação da irregularidade.
- 5.34.5.** As embalagens dos insumos utilizados para o abastecimento das máquinas deverão ser limpas antes de serem abertas.
- 5.34.6.** Os produtos que não forem utilizados em sua totalidade deverão ser armazenados em recipientes limpos e identificados com seu nome, contendo a data da retirada da embalagem original e prazo de validade.
- 5.34.7.** Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências do Coren-SP.
- 5.34.8.** Para o controle de pragas, procedimento específico poderá ser realizado nas dependências do Coren-SP, a critério da CONTRATANTE, que será avisado previamente à CONTRATADA, para que promova o acondicionamento do maquinário.

### **5.35. Da manutenção preventiva e corretiva das máquinas**

- 5.35.1.** A CONTRATADA se responsabilizará pela conservação técnica, mecânica e operacional das máquinas instaladas, de modo a mantê-las em permanente, plena e eficaz capacidade produtiva, substituindo quaisquer peças ou componentes, por intermédio de pessoal próprio, sem qualquer ônus, encargos ou responsabilidades para a CONTRATANTE.
- 5.35.2.** Os chamados para realização de manutenção corretiva deverão ser atendidos em até 02 (duas) horas após a solicitação da CONTRATANTE, preferencialmente em dias úteis, entre 08:00 e 16:00, salvo quando autorizada expressamente pela CONTRATANTE.
- 5.35.3.** A manutenção corretiva compreende quaisquer serviços e/ou substituição de partes, peças e componentes e/ou material de consumo que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento das máquinas.
- 5.35.4.** As peças, partes e componentes que serão utilizados nas máquinas deverão ser necessariamente originais, novos e com garantia de fábrica/fornecedor/distribuidor.
- 5.35.5.** A reparação total ou substituição da máquina dar-se-á no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, preferencialmente em dias úteis, entre 08h e 16h, salvo autorizado expressamente pela CONTRATANTE.
- 5.35.6.** A CONTRATADA deverá executar os devidos testes, lubrificações, regulagens, ajustes e reparos necessários, sendo que qualquer dose de bebida solicitada para tal não incorrerá em custo para a CONTRATANTE.
- 5.35.7.** Correrão por conta da CONTRATADA, despesas com remoção parcial ou integral de qualquer equipamento para local de assistência técnica externo às dependências do CONTRATANTE, bem como seu retorno ao local de uso. Neste caso, a CONTRATADA deverá, às suas expensas, substituir as máquinas danificadas por outras, de igual ou superior capacidade operacional, e com as mesmas exigências e especificações dos equipamentos instalados inicialmente, mantendo sempre o quantitativo de máquinas especificado neste Termo de Referência.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**5.35.8.** A CONTRATADA obriga-se a substituir os equipamentos, que em um período de 30 (trinta) dias corridos motivarem mais de 03 (três) chamados para assistência técnica referente ao mesmo problema/defeito, ou 05 (cinco) chamadas referentes a problemas/defeitos distintos.

**5.35.9.** A CONTRATADA deverá promover adequadamente a limpeza de quaisquer resíduos decorrentes da realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

**5.35.10.** A empresa a ser contratada deverá informar à CONTRATANTE, por escrito, condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos previstos neste Termo de Referência.

**5.35.11.** A CONTRATADA obriga-se a manter quadro de pessoal especializado suficiente para atendimento dos serviços de assistência técnica e manutenção, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço e demissão de empregados, entre outros, no que se refere ao serviço de abastecimento e às máquinas instaladas na sede da CONTRATANTE.

**5.35.12.** Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados, exclusivamente, por técnicos especializados, com emprego de técnica e ferramentas adequadas, inclusive no que tange à segurança, a serem providos exclusivamente e sob total responsabilidade da CONTRATADA.

**5.35.13.** A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, cronograma de manutenção preventiva das máquinas, a ser aprovado pela CONTRATANTE.

### **5.36. Da prestação dos serviços**

**5.36.1.** A prestação dos serviços de fornecimento de café e bebidas quentes será por comodato de máquina automática com gabinete, utilizando insumos solúveis para o fornecimento de, no mínimo, 06 (seis) bebidas.

**5.36.2.** Caberá à CONTRATADA o fornecimento, além das máquinas, produtos de limpeza e higienização, ferramentas, peças de reparos e de reposição, carrinhos, estabilizadores de tensão e outros necessários à boa operação e execução dos serviços.

**5.36.3.** A CONTRATADA deverá comunicar, previamente e devidamente motivado, eventual necessidade de substituição de insumos, materiais, equipamentos e/ou máquinas, cuja alteração deverá ser aprovada pela CONTRATANTE.

**5.36.4.** Não serão aceitos, em hipótese alguma, fardos, caixas ou frascos violados ou com outros danos que prejudiquem o condicionamento e a qualidade do produto e que causem vazamento do açúcar.

**5.36.5.** Os lacres e selos de segurança das embalagens e frascos deverão estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**5.36.6.** A CONTRATADA deve manter um estoque mínimo de equipamentos, componentes, ferramentas, materiais complementares e insumos necessários à execução dos trabalhos, compatíveis com a frequência de substituição que a prática ou o fabricante recomendam e proporcional ao número, marca, tipo e característica de cada equipamento.

### **5.37. Requisitos da empresa**

**5.37.1.** Empresa com reconhecida experiência no serviço de fornecimento de bebidas



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

quentes;

**5.37.2.** Prestar os serviços de acordo com as normas de higiene e demais disposições sanitárias;

**5.37.3.** Atender às requisições da CONTRATANTE em tempo hábil;

**5.37.4.** Fornecer os produtos, bem como prestar os serviços garantindo qualidade e eficiência;

**5.37.5.** Disponibilizar todos os insumos e materiais necessários à adequada prestação dos serviços;

**5.37.6.** Observar normas internas do Ministério da Saúde;

**5.37.7.** A CONTRATADA deverá ainda adotar boas práticas de otimização de recursos com a redução de desperdícios e menor poluição e ruídos, tais como: respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos. Que as embalagens sejam constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

### **5.38. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.38.1.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**5.38.1.1.** A demanda estimada dos serviços será de 13.000 (treze mil) doses fixas mensais com até 2.000 (duas mil) doses excedentes, com disponibilidade de 10 (dez) máquinas automáticas, distribuídos nos andares do Coren-SP.

**5.38.1.2.** Visando atender de forma eficiente as demandas do Coren-SP, a quantidade de máquinas a serem disponibilizadas nas áreas estratégicas, serão:

ANDAR	TAMANHO DA MÁQUINA	QUANTIDADE
2º Subsolo	Média	01
Térreo	Grande	01
1º Andar	Grande	01
2º Andar	Média	01
3º Andar	Média	01
4º Andar	Média	01
5º Andar	Média	01
6º Andar	Grande	01
7º Andar	Média	01
9º Andar	Grande	01

### **5.39. Especificação da garantia do serviço**

**5.39.1.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **5.40. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.40.1.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### 5.41. Procedimentos de reajuste do contrato

**5.41.1.** É admitida a revisão dos preços deste contrato, adotando-se como parâmetro o índice IPCA-IBGE, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Preposto

**6.6.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

#### Fiscalização

**6.7.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica

**6.8.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.9.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**6.10.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**6.11.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**6.12.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

**6.13.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

**6.14.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.15.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**6.16.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas conforme item 5.0.

### **Gestor do Contrato**

**6.17.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

**6.18.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.19.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**6.20.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.21.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.22.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**6.23.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II – IMR.

**7.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados;
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utiliza-los com qualidade ou quantidade inferior à demanda.

**7.3.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**7.4.** A fiscalização de contratos avaliará, mensalmente, a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo Anexo deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

**7.5.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**7.5.1.** A medição será efetuada no primeiro útil do mês subsequente, com aferição do medidor interno de cada um dos equipamentos, através do responsável da empresa Contratada e na presença de representante do Coren-SP.

**7.5.2.** Será adotado o sistema de franquia mensal de doses para fins de faturamento. O número de doses excedentes será obtido considerando-se a franquia mensal: (doses excedentes = doses extraídas – franquia mensal).

**7.5.3.** Caso o número de doses extraídas seja superior ao da franquia mensal contratada, será devido o pagamento pelas remanescentes.

**7.5.4.** Para primeira medição, caso o início da prestação do serviço não ocorra no primeiro dia do mês, o primeiro pagamento será feito considerando a proporcionalidade da franquia mensal com o número de dias da prestação dos serviços naquele mês, acrescido de eventual consumo excedente no mesmo período.

**7.5.5.** Quando a efetiva medição das doses consumidas apurada mensalmente for inferior à franquia mínima, será efetuado o pagamento no valor da franquia, e será registrado e computado o quantitativo de doses da diferença a menor, devendo esta ser considerada como crédito para o Coren-SP, em acordo com a contratada no mês subsequente.

**7.5.6.** Para efeito de pagamento da franquia mínima e verificação do real consumo, serão consideradas as doses efetivamente consumidas, no período de 30 (trinta) dias corridos, mediante a leitura do contador geral dos equipamentos, desde que tenham sido verificadas



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

as condições estabelecidas para aceitação da medição;

**7.5.7.** Sempre que o quantitativo de doses consumidas for inferior ao da franquia mínima prevista, deverá ser emitida nota fiscal/fatura indicando:

**7.5.7.1.** O quantitativo efetivamente consumido com valor unitário; e

**7.5.7.2.** O quantitativo referente à complementação para franquia mínima, com valor unitário.

**7.5.8.** As deduções serão feitas de modo que a Contratada nunca receba menos que o valor da franquia mínima, ficando eventuais resquícios para compensação nas faturas seguintes;

**7.5.9.** As doses ultrapassadas da franquia mínima estabelecida serão consideradas excedentes.

**7.5.10.** Caso o número de doses extraídas seja superior ao da franquia mensal contratada, será inicialmente verificada a existência de saldo de doses a serem compensadas. Caso exista, serão compensadas as doses e se após tal procedimento persistir saldo de doses excedentes será devido o pagamento pelas remanescentes.

**7.5.11.** O pagamento de doses excedentes poderá ser autorizado pela própria fiscalização, respeitando o limite máximo de doses excedentes estipuladas no contrato.

**7.5.12.** Não serão computadas, para fins de faturamento, as quantidades (doses identificadas pelo registrador do equipamento) não utilizadas para fins de consumo por ocasião de procedimentos de manutenção e higienização da máquina realizada pela Contratada.

**7.5.13.** A medição será sempre efetuada no último dia útil do mês. Com aferição do medidor interno do equipamento, através do responsável pela Contratada e na presença de representante da Administração.

**7.5.14.** O representante da Contratada emitirá relatório, em duas vias, especificando o quantitativo de doses consumidas por tipo de bebida e total geral. Uma via deverá ser entregue ao fiscal do contrato.

**7.5.15.** O boletim de leitura mensal será assinado pelo representante da Contratada e pela Fiscalização da Contratante.

**7.5.16.** No caso de prorrogação do contrato, o saldo de doses não extraídas na primeira vigência ficará como saldo para o próximo período de vigência do contrato.

### **Dos trâmites para pagamento**

**7.5.17.** A cada medição será realizada a verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições de habilitação.

**7.5.18.** O resultado da faixa de ajuste de pagamento do Instrumento de Medição de Resultado – IMR é calculado após a entrega de toda documentação, bem como as

**7.5.19.** O pagamento mensal à contratada obedecerá a seguinte fórmula, sendo:

**VF=Valor da Franquia**

**VE=Valor das doses Excedentes (preço por dose excedente x quantidade de doses excedentes).**

**FAP=Fator de ajuste de pagamento do IMR**



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**7.5.20.** No caso de serem consumidas todas as doses da franquia mensal e ainda consumidas doses excedentes:

**Valor do pagamento = VF+VExFAP**

**7.5.21.** No caso de serem consumidas apenas as doses no limite da franquia:

**Valor do pagamento = VF x FAP**

**7.5.22.** O pagamento será realizado após a observância das disposições de recebimento e aceitação deste Termo de Referência, bem como após a aplicação do Instrumento de Medição de Resultado – IMR, o qual avaliará a qualidade dos serviços prestados.

### **7.1. Do recebimento**

**7.1.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**7.1.1.1.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.1.1.2.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**7.1.1.3.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**7.1.1.4.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.1.2.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.1.2.1.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.1.2.2.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.1.2.3.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.1.3.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.1.4.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.1.4.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**7.1.4.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

**7.1.4.3.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.1.4.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.1.4.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.1.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.1.6.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.1.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 7.2. Liquidação

**7.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.2.1.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**7.2.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

**7.2.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**7.2.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.2.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.2.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.2.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.2.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **7.3. Prazo de pagamento**

**7.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**7.3.2.** No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

### 7.4. Forma de pagamento

**7.4.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.4.2.** Será considerada data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.4.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.4.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.4.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 7.5. Antecipação de pagamento

**7.5.1.** A presente contratação não permite a antecipação de pagamentos.

### 7.6. Cessão de Crédito

**7.6.1.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

**7.6.2.** As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

**7.6.3.** A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**7.6.4.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**7.6.5.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

**7.6.6.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

#### Regime de execução

**8.2.** O regime de execução do contrato será de Empreitada por Preço Global.

#### Exigências de habilitação

**8.3.** Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

#### Habilitação Jurídica

**8.3.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.3.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.3.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**8.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**8.3.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.3.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**8.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**8.3.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.3.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.3.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.3.11.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.3.12.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.3.13.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.3.14.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.3.15.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.3.16.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.3.17.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.3.18.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.3.19.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 8.3.20.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.3.21.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.3.22.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.3.23.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.3.24.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**8.3.25.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

**8.3.26.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**8.3.27.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

**8.3.28.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**8.3.29.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.3.30.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

**8.3.31.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**8.3.31.1.** Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de máquinas a serem disponibilizadas.

**8.3.31.2.** Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 03 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos;

**8.3.31.3.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados o âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**8.3.32.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**8.3.33.** Os testados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**8.3.34.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.4.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**8.4.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**8.4.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**8.4.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**8.4.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**8.4.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

**8.4.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

**8.4.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**9.1.** O custo estimado total da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.1.** As despesas serão acobertadas dentro do seguinte elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.33.90.30.005 - Gêneros Alimentícios.

São Paulo, 08 de novembro de 2024.

<b>INTEGRANTE REQUISITANTE / TÉCNICOS</b>	<p><b>Rogério Aparecido Silva de Andrade</b> Almoxarife Matrícula 442</p> <p><b>Arnaldo Gouldbaum</b> Gerente - GEAD Matrícula 1224</p>
---	---



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

<b>INTEGRANTES DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO</b>	<p><b>Ingrid Wendy Carrel</b> Assessor II – GCC Matrícula 1177</p> <p><b>Andrea Zumbini Paulo</b> Gerente de Compras e Contratos Matrícula 1232</p>
--	---